

Crédito Rural na Alemanha

KLAUS HOLLENBERG



APD

DIÁLOGO AGROPOLÍTICO BRASIL · ALEMANHA
AGRARPOLITISCHER DIALOG BRASILIEN · DEUTSCHLAND



APD

DIÁLOGO AGROPOLÍTICO BRASIL · ALEMANHA
AGRARPOLITISCHER DIALOG BRASILIEN · DEUTSCHLAND

O Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha (APD) é um mecanismo de intercâmbio de conhecimentos e de informações sobre os desafios agroambientais bilaterais e globais. Há mais de duas décadas, a Alemanha desenvolve iniciativas semelhantes com diversos países. Elas são importantes referências para o desenvolvimento do APD no Brasil.

As atividades do APD têm como base o Memorando de Entendimento assinado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação e Agricultura da Alemanha (BMEL, na sigla em alemão). Participam do Diálogo representantes desses ministérios, do agronegócio, da academia e da sociedade civil do Brasil e da Alemanha.

O objetivo é a busca de um melhor entendimento sobre questões-chave das políticas agropecuárias e ambientais frente aos crescentes desafios agroambientais e das mudanças climáticas. O intercâmbio e a disseminação de conhecimento dão-se por meio de seminários, de fóruns, de conferências, de publicações e de viagens de intercâmbio.

SCN Quadra 1 Bloco C salas 1102-1104

Ed. Brasília Trade Center Brasília - DF

 Tel.: +55 61 9 9964-3731

 contato@apd-brasil.de

 www.apdbrasil.de

 [APD Brasil Alemanha](#)

 [APD Brasil Alemanha](#)

Com o apoio de:



Ministério Federal
da Alimentação
e Agricultura



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

em virtude de decisão
do Bundestag Alemão

Implementado por

GFA
CONSULTING GROUP
Mandatário do BMEL
Escritório de Berlim

IAK
AGRAR CONSULTING

Crédito Rural na Alemanha

KLAUS HOLLENBERG

Frankfurt, outubro de 2022.

SOBRE ESTE ESTUDO

Este estudo foi encomendado como documento de referência pelo **APD** | DIÁLOGO AGROPOLÍTICO BRASIL • ALEMANHA. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva dos autores. Quaisquer opiniões aqui expressas não são necessariamente representativas ou endossadas pelo APD.

AUTOR

Dr. Klaus Hollenberg é chefe de departamento do Landwirtschaftliche Rentenbank da Alemanha e responsável pelo setor de desenvolvimento de produtos para o fomento da economia agrícola e de áreas rurais.

Como funciona o crédito rural na Alemanha?

Neste artigo de Klaus Hollenberg, do Rentenbank, são apresentados o sistema bancário e as estruturas de financiamento da agricultura alemã, o papel dos bancos de fomento e os instrumentos de apoio à política agrícola da União Europeia e da Alemanha. Adicionalmente, são apresentados o setor rural e a indústria alimentícia alemã são altamente produtivos e desenvolvidos e fortemente entrelaçados com a indústria e o comércio. Nos últimos 15 anos, a agricultura alemã aumentou continuamente seus investimentos e conta hoje com uma alta intensidade de capital.

Uma boa visão geral, apresentada por um especialista de longa data e importante player na promoção e financiamento agrícola alemão.

Sumário

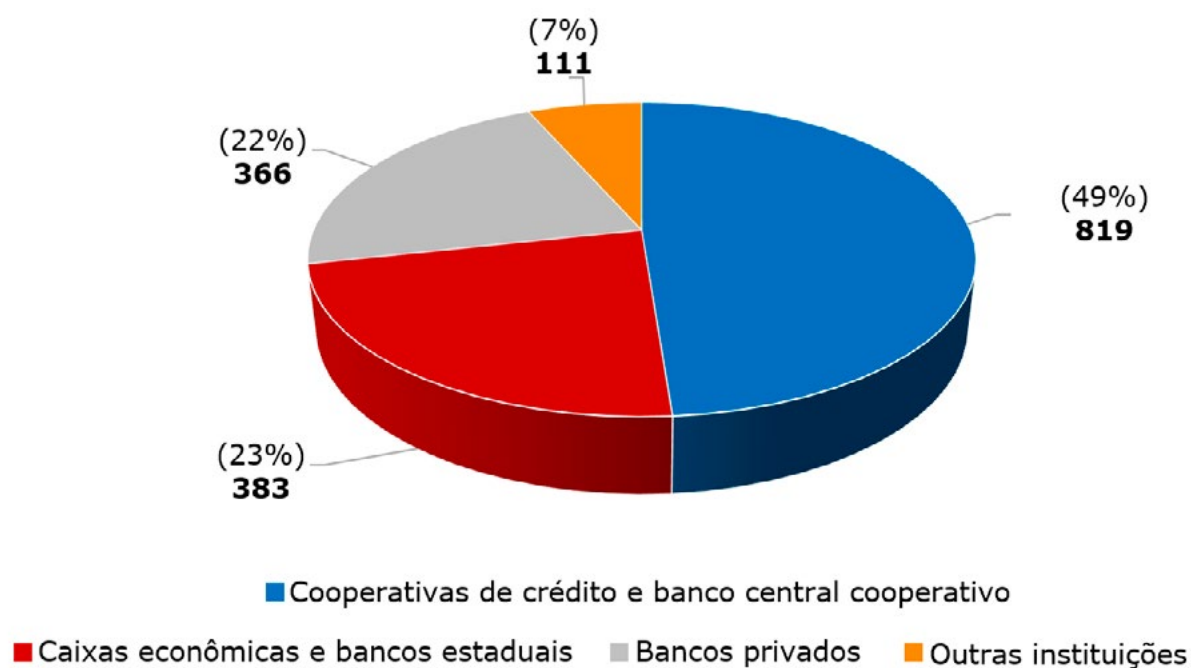
1. Sistema bancário na Alemanha	6
1.1. Os três pilares do sistema bancário alemão	6
1.2. A importância dos bancos de fomento	7
2. Estrutura do crédito rural na Alemanha	9
3. Instrumentos de fomento nacionais e supranacionais para o setor agropecuário	14
3.1. Política agrícola comum da União Europeia	14
3.2. Missão conjunta “Melhoria da estrutura agrícola e da proteção costeira” do governo federal e dos estados	17
3.3. Financiamento pelo Landwirtschaftliche Rentenbank	18
4. Crédito rural na prática	20
4.1. Processo de concessão de crédito	20
4.2. Classificação	21
4.3. Garantias	22
4.4. Índice de cobertura do serviço da dívida	22
Anexo	24

1. Sistema bancário na Alemanha

1.1. Os três pilares do sistema bancário alemão

O sistema bancário alemão se caracteriza por vários tipos de banco. Em 2020, havia um total de 1.679 bancos na Alemanha (figura 1)¹. Em sua maioria são bancos universais, que oferecem uma grande diversidade de serviços. Eles são divididos em bancos privados, públicos (caixas econômicas e bancos estaduais) e bancos cooperativos. Além destes, há ainda os bancos de nicho, que se diferenciam dos bancos universais pelo seu portfólio de oferta de produtos e serviços especiais. Eles têm como principal finalidade o fomento e a prestação de outros apoios específicos.

Figura 1 – Número de bancos (atualizado em 31/12/2020).



Fonte: Deutsche Bundesbank, Relatório sobre Agências Bancárias em 2020

Uma característica especial do sistema bancário alemão é a sua estrutura, formada por três pilares. O primeiro pilar é constituído pelos bancos públicos, organizados conforme o direito comercial público, como as caixas econômicas e os bancos estaduais.

¹ Deutsche Bundesbank (Banco Central da Alemanha): Relatório sobre agências bancárias em 2020.

Os bancos privados frequentemente são grandes bancos nacionais ou filiais de bancos estrangeiros, organizados segundo o direito privado, como as sociedades anônimas ou limitadas, por exemplo. Eles constituem o segundo pilar do sistema bancário alemão.

O terceiro grupo principal engloba os bancos cooperativos com as cooperativas de crédito e o banco central cooperativo. Eles são organizados e registrados de acordo com o direito cooperativo e representam o conceito da autoajuda organizada, baseada na ideia de que “muitas pessoas juntas conseguem o que um sozinho não consegue”.^{2 3}

1.2. A importância dos bancos de fomento

No sistema bancário alemão, os bancos de fomento desempenham um papel especial. Como instituições financeiras públicas, constituem o elo entre o Estado e o mercado. Por um lado, cumprem a missão pública prevista em lei de fomentar o desenvolvimento, estando sujeitos às regulamentações estatais. Por outro lado, são administrados por meio de princípios empresariais, devendo se adaptar às condições gerais do mercado.

Como instituições financeiras públicas, os bancos de fomento muitas vezes funcionam como instrumentos para a implementação de metas econômicas. Contribuem para a configuração de mudanças estruturais na macroeconomia e ajudam no enfrentamento de desafios de longo prazo, como as mudanças climáticas. Especialmente em áreas do mercado que podem apresentar falhas, os bancos de fomento têm um papel decisivo no apoio ao investimento e ao crescimento. Não só os custos e a assimetria das informações, mas também causas externas podem ocasionar falhas no mercado. Muitas vezes, há risco de que elas ocorram no financiamento de pequenas e médias empresas (PME) ou em projetos que servem à proteção climática, mas não oferecem benefício direto explícito para seus atores. Os recentes efeitos da pandemia da Covid-19, assim como eventos climáticos extremos, destacam a importância dos bancos de fomento para atenuar as consequências econômicas, por meio de incentivos à liquidez, por exemplo. Além do apoio às PMEs, à construção civil, à concessão de créditos para comunidades e do financiamento de projetos de infraestrutura de longo prazo, o fomento do setor rural e de projetos ambientais também são áreas de atuação típica dessas instituições.⁴

2 Deutsche Bundestag (Parlamento alemão), Serviços científicos: O sistema e a fiscalização bancária na Alemanha em 2009.

3 Volksbanken Raiffeisenbanken (bancos cooperativos) em 2020.

4 Deutsche Bank Research 2016 – Fortalecer investimentos e crescimento: o papel dos bancos de fomento na Europa.

Para o “setor verde”, o Landwirtschaftliche Rentenbank atua como banco de fomento na Alemanha. A missão do fomento estatal consiste em apoiar tanto a economia da agropecuária e do setor alimentício, quanto a do meio rural, concedendo financiamentos na forma de empréstimos a juros baixos, subsídios e outros incentivos financeiros. Além disso, os bancos de fomento podem assumir garantias e participações. Para tanto, foi promulgada uma lei específica para o Landwirtschaftliche Rentenbank. Tradicionalmente, o modelo de negócios do Rentenbank é o de um banco de segundo piso. Isso quer dizer que as atividades de negócios em geral são realizadas por bancos comerciais ou bancos locais dos produtores rurais (Hausbankprinzip). O Rentenbank capta fundos no mercado internacional de capitais e os utiliza para refinarçar os empréstimos dos bancos locais ao tomador final do crédito. Por meio de uma garantia oferecida ao banco local, não há risco para o Rentenbank, ou seja, o risco do crédito é assumido pelo banco local. Por outro lado, o banco local não tem risco de liquidez já que o seu refinanciamento é garantido pelo Rentenbank. Dessa forma, o banco local (Hausbank) pode conceder ao tomador final um crédito a taxas reduzidas. Através do Landwirtschaftliche Rentenbank é possível garantir a disponibilização de crédito para o setor agropecuário e o meio rural a longo prazo.

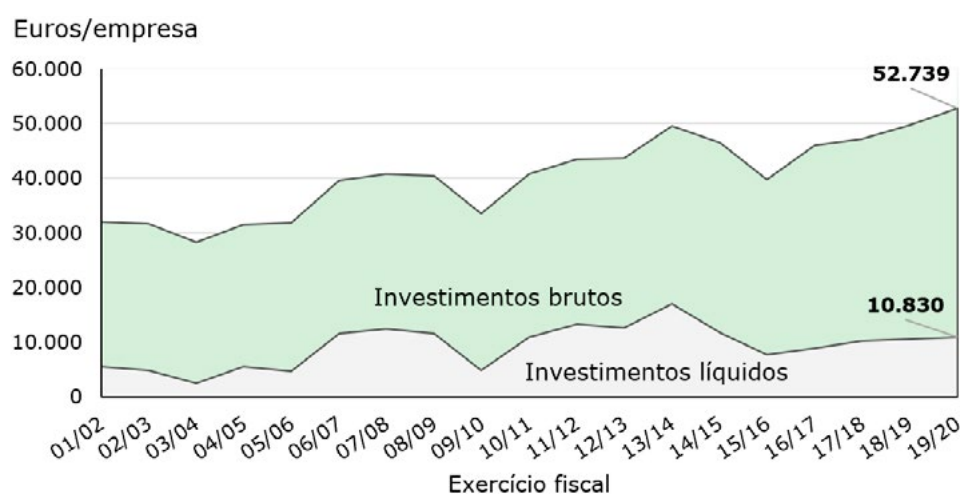
2. Estrutura do crédito rural na Alemanha

Para poder estabelecer uma comparação entre dois países em relação ao crédito rural, é útil esclarecer a situação atual da estrutura do crédito para o agronegócio, assim como também o seu desenvolvimento nos últimos anos.

A figura 2 apresenta os investimentos das principais empresas rurais, em euros e por empresa. É evidente que os investimentos dos produtores rurais estão sujeitos a determinadas oscilações ao longo do tempo. Ainda assim, é possível identificar um desenvolvimento a longo prazo, com um aumento dos investimentos, tanto em valores brutos quanto líquidos. O investimento bruto é a entrada total de investimentos, ou seja, acréscimos no ativo fixo, bem como mudanças nos totais de animais e estoques. Os aumentos nos investimentos que superam as depreciações e as alienações são os investimentos líquidos, ou seja, eles são provenientes dos investimentos brutos depois da dedução da amortização e das alienações.

Estão crescendo não apenas os investimentos brutos por empresa, mas também por área das propriedades (figura 11 no anexo). Consequentemente, o aumento dos investimentos não se deve necessariamente ao crescimento do tamanho das empresas.

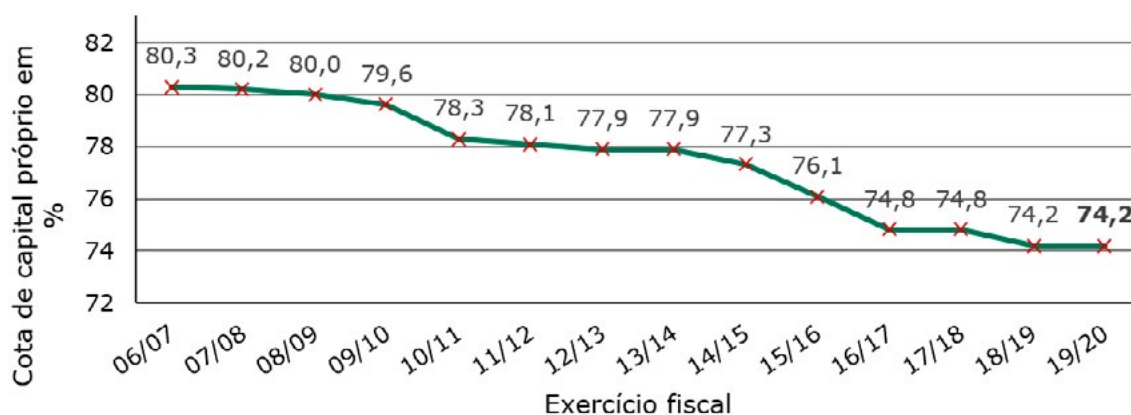
Figura 2 – Investimentos das principais empresas rurais ao longo do tempo, em euros e por empresa.



Fonte: BMEL

Diante dos investimentos crescentes, é interessante averiguar a procedência dos recursos financeiros. Os resultados contábeis da rede de propriedades analisadas revelam informações sobre a composição dos ativos de uma empresa rural. Para o exercício fiscal de 2019/2020, as principais empresas rurais apresentam uma cota de capital próprio de 74,2%. Essa cota indica a relação entre o capital próprio e o capital total. Na figura 3 é possível verificar que a cota de capital próprio vem diminuindo nos últimos anos. No exercício fiscal de 2006/2007, por exemplo, o índice ainda era de 80,3%, dez anos depois, esse percentual já recuou para 74,8%.

Figura 3 – Desenvolvimento da cota de capital próprio nas principais empresas rurais.



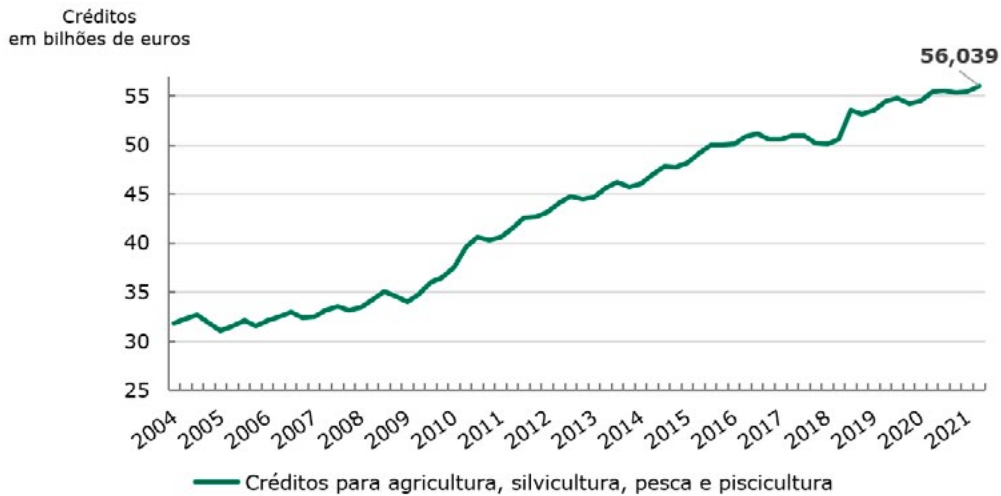
Fonte: BMEL

Os números demonstram, portanto, que as principais empresas rurais na Alemanha estão financiando seus ativos cada vez mais por capital de terceiros. Ainda assim, a participação do capital próprio no total no setor rural é muito alta, em comparação com outros setores. Nas empresas de médio porte do setor de construção civil, por exemplo, a cota de capital próprio ficava em média em 24,3% e nas empresas de médio porte do comércio, em 32,9%. Ao contrário das empresas rurais, foi possível observar uma tendência positiva continuada nas pequenas e médias empresas na Alemanha até o ano de 2019.⁵

Uma análise dos dados do Deutsche Bundesbank (Banco Central da Alemanha) sobre os créditos para agricultura, silvicultura, pesca e piscicultura elencados nos balanços dos bancos alemães reflete a evolução do setor rural. De acordo com esses dados, o volume de créditos no segundo trimestre de 2021 foi de 56,04 bilhões de euros. Nos balanços das instituições financeiras alemãs, a rubrica de empréstimos para agricultura, silvicultura, pesca e piscicultura tem crescido continuamente (figura 4).

⁵ KfW Research: KfW-Mittelstandspanel 2020

Figura 4 – Evolução dos créditos para agricultura, silvicultura, pesca e piscicultura.

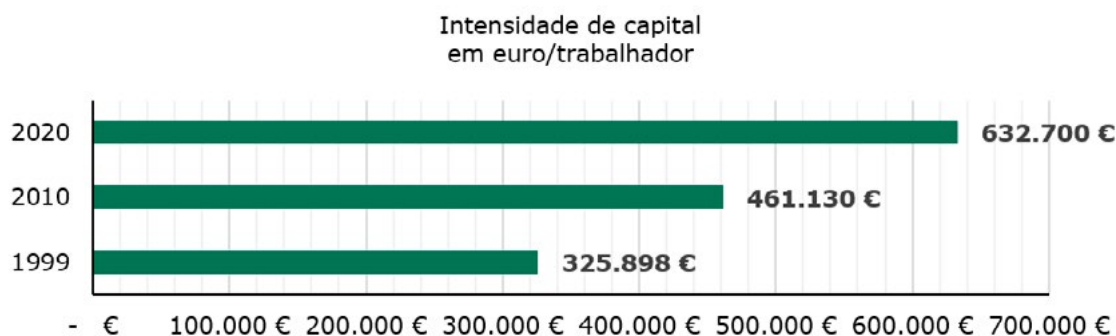


Fonte: Deutsche Bundesbank

Um outro índice que descreve a organização do setor rural alemão é o grau de intensidade de capital. Esse indicador se refere, de modo clássico, à quantidade de capital presente em relação à mão de obra, ou seja, a relação entre os fatores de produção capital e trabalho. O capital investido corresponde ao estoque de capital da agricultura, silvicultura e pesca, sendo definido como ativo fixo bruto (excluindo a terra) a preço de reposição. Nos últimos anos foi possível observar um aumento acentuado do estoque de capital. Em 1999, os ativos fixos brutos no setor primário somaram aproximadamente 251,6 bilhões de euros; até 2020, subiram para 366,6 bilhões de euros.⁶ Essa evolução contrasta com uma tendência decrescente em relação ao número de pessoas empregadas na agricultura, na silvicultura e na pesca. O resultado é que o setor rural alemão pode apresentar uma enorme intensidade de capital, que relaciona esses dois fatores entre si. De acordo com tais dados, a intensidade de capital no setor rural alemão é de 632.700 euros por trabalhador. Isso corresponde quase à duplicação (94%) da intensidade de capital em comparação com o ano de 1999, quando tal relação ainda era de 326.000 euros (figura 5).

⁶ Statistisches Bundesamt: dados econômicos da Alemanha em 2021 – ativos fixos brutos.

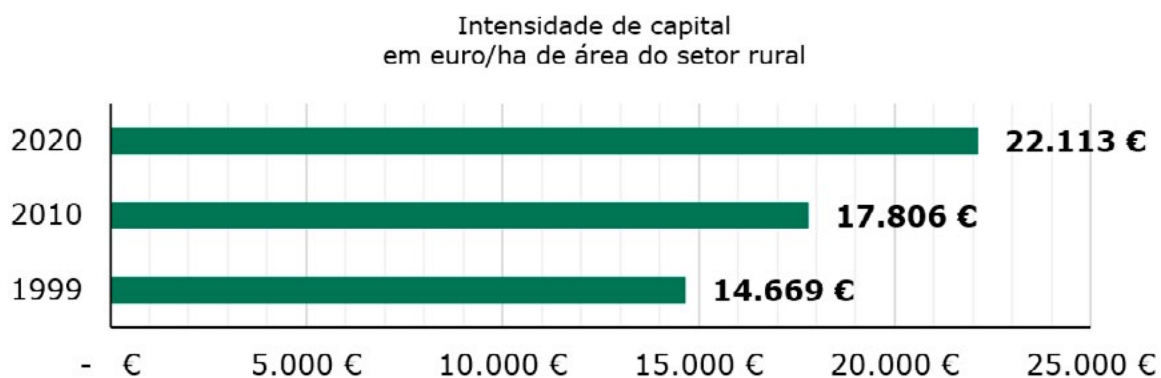
Figura 5 –Evolução da intensidade de capital em euro/trabalhador no setor rural.



Fonte: Deutsche Bundesbank

Se o fator de produção escolhido como a relação para calcular a intensidade de capital não for o trabalho, mas a terra, também é possível observar um crescimento da intensidade de capital nos últimos anos (figura 6). Como a redução das áreas do setor rural no período considerado, em comparação com o número de trabalhadores, não é tão acentuada, o aumento da intensidade de capital em euros por hectare de áreas utilizadas pelo setor rural foi menor que a intensidade de capital por trabalhador.

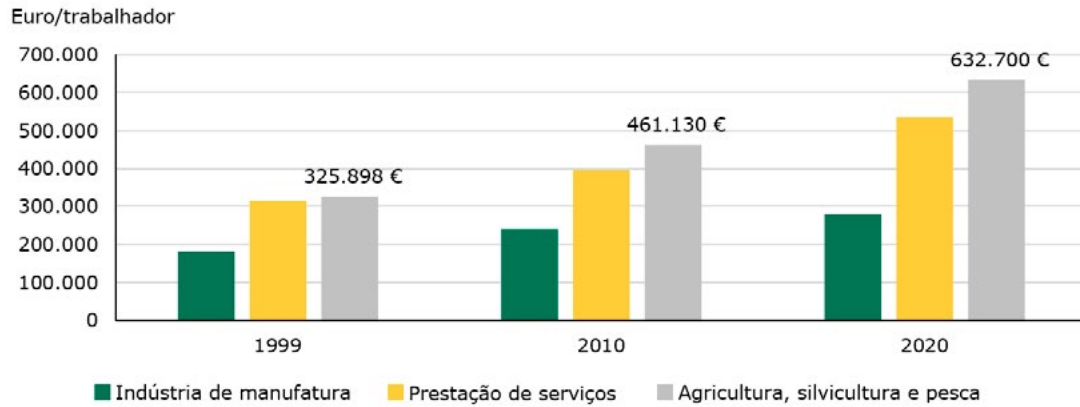
Figura 6 –Evolução da intensidade de capital em euro/ha de área do setor rural.



Fonte: Deutsche Bundesbank

Para tornar as intensidades de capital mais tangíveis e poder classificá-las melhor, é oportuno comparar esse parâmetro com outros setores econômicos. Especialmente para uma comparação com a indústria de bens e com o setor de serviços destacam-se a estrutura diferenciada e a importância do crédito rural (ver mais detalhes na figura 7 e na figura 12 no anexo).

Figura 7 – Comparação e evolução intersetorial da intensidade de capital (EUR/trabalhador).



Fonte: Deutsche Bundesbank

3. Instrumentos de fomento nacionais e supranacionais para o setor agropecuário

3.1. Política agrícola comum da União Europeia

A política agrícola na União Europeia é uma das áreas da política mais sujeita à jurisdição comunitária. A política agrícola comum é uma política conjunta de todos os países membros da UE, que define as condições centrais e os financiamentos ao nível da comunidade. Devido às mudanças nas exigências sociais e nas condições de vida, de tempos em tempos a política agrícola comum é revisada.

3.1.1. Objetivos da política agrícola comum (PAC)

A política agrícola comum da UE foi introduzida em 1962. Seu objetivo é apoiar os produtores e incrementar a produtividade no setor rural, de forma a garantir o abastecimento de alimentos na Europa. Os agricultores devem receber uma renda justa. Além disso, a PAC representa uma contribuição importante para o combate às mudanças climáticas, bem como para a gestão sustentável dos recursos naturais. Outro objetivo também é preservar áreas rurais e paisagens na UE e fortalecer a economia rural, subsidiando empregos no setor e nos seus segmentos a montante e a jusante.

3.1.2. Financiamento da PAC

Há alguns anos, a participação das despesas do setor rural no orçamento da União Europeia vem diminuindo de forma constante. Enquanto no início dos anos 1980, 66% do orçamento da UE ainda era destinado à PAC, no período de 2014 a 2020 a porcentagem caiu para 37,8%. No período atual, de 2021 a 2027, a participação é de 31%. Desde 1992, quando ocorreu a primeira reforma significativa da PAC e houve um aumento rápido dos auxílios diretos, as despesas reais do setor rural permaneceram estáveis, com exceção dos anos de 1996 e 1997 (em razão da crise da EEB e da adesão de três novos estados-membros). Portanto, o peso orçamentário da PAC em relação à renda nacional bruta (RNB) da UE deve diminuir de 0,54% em 1990 para 0,32% em 2021-2027, conforme projeção. Para o período de 2021 a 2027, a previsão é de 386,6 bilhões de euros no quadro financeiro plurianual da UE. O montante total é dividido em dois fundos, através dos quais a PAC é financiada no âmbito do orçamento da UE. O primeiro pilar da PAC, constituído por pagamentos diretos e

ações nos mercados agrícolas. O segundo pilar da PAC, composto por a) medidas de desenvolvimento rural e b) medidas adicionais de desenvolvimento rural com o “NGEU” (próxima geração da UE), um instrumento temporário de recuperação.⁷

Fundo europeu agrícola de garantia (FEAGA)

O Fundo europeu agrícola de garantia (FEAGA) constitui o “primeiro pilar” da PAC. Nele há **291,1 bilhões de euros** disponíveis para o desenvolvimento do setor rural. Estão disponíveis até 270 bilhões de euros para as regulamentações de apoio à renda. O restante é destinado a medidas de apoio aos mercados agrícolas. O apoio à renda inclui pagamentos diretos. Eles são o cerne do primeiro pilar. Os pagamentos diretos incluem especialmente os bônus básicos, os pagamentos para métodos de agricultura sustentável, como os “pagamentos diretos verdes”, e o abono para jovens agricultores. O recebimento de pagamentos é condicionado ao cumprimento dos regulamentos da UE sobre segurança alimentar, proteção ambiental e bem-estar animal. Compras subvencionadas, ajuda à armazenagem privada, apoio a setores específicos, distúrbios excepcionais do mercado e o programa de distribuição de frutas, legumes e leite da UE fazem parte das medidas de apoio aos mercados agrícolas.

Fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural (FEADER)

O Fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural representa o “segundo pilar” da PAC. Os recursos são destinados ao fomento do setor rural. Esse fundo é dotado de recursos no total de 95,5 bilhões de euros.⁸ Os recursos do FEADER contribuem para a melhoria da competitividade do setor rural e para a promoção de uma gestão sustentável dos recursos naturais, bem como para a proteção climática. Visam também alcançar um desenvolvimento equilibrado da economia rural e da população rural. O cumprimento dos objetivos é implementado por meio de programas de desenvolvimento rural, nacionais e regionais, cofinanciados pelo FEADER e pelos orçamentos nacionais dos estados-membros.

3.1.3. Condicionalidade e esquemas ecológicos

Para a Alemanha, as contingências da PAC são estabelecidas pela “GAPKondG” (lei para execução da condicionalidade vigente no âmbito da política agrícola comum), de 16 de julho de 2021. É por meio da condicionalidade que os pagamentos diretos devem ser vinculados à proteção ambiental e climática a partir de 2023. Para receber o bônus básico, as empresas devem disponibilizar no mínimo 3% da sua área agrícola como “área não produtiva” ou para elementos paisagísticos, com o objetivo de proteger a biodiversidade. Além disso,

⁷ www.europarl.europa.eu/factsheets/de/sheet/106/die-finanzierung-der-gemeinsamen-agrarpolitik

⁸ https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/financing-cap/cap-funds_de?etran=de

são aplicadas regras específicas para a conservação de pastagens permanentes e para a proteção de áreas úmidas e alagadiças.⁹

A partir de 2023, aproximadamente 25% dos pagamentos diretos devem ser utilizados para os chamados esquemas ecológicos. A realização desses serviços de proteção climática e ambiental é opcional para as empresas. Os estados-membros da UE elaboram um catálogo de medidas separadas para os serviços reconhecidos no respectivo estado-membro. Na Alemanha, entre outras medidas estão a instalação de faixas protegidas para floração e proliferação de gramíneas, assim como a expansão de pastagens nativas.

3.1.4. Primeiro pilar e segundo pilar – Condições estruturais e abrangência nacional

A lei que altera a Lei de Implementação de Pagamentos Diretos possibilita a transferência de 8% dos chamados pagamentos diretos do primeiro pilar da PAC para o segundo pilar no exercício de 2022. Desde 2015 já são remanejados anualmente recursos de pagamentos diretos para o segundo pilar. O segundo pilar da PAC inclui programas direcionados para a promoção de medidas de proteção ambiental e climática, de melhoria da competitividade e de fortalecimento da área rural. Através do remanejamento, é possível continuar financiando as medidas, especialmente aquelas que até o momento já estavam sendo financiadas a partir de recursos realocados. Além do mais, é possível tomar novas medidas, cujo objetivo também é implementar padrões ambientais mais elevados (entre outras, a instalação de faixas para floração ou a redução do uso de fertilizantes e agrotóxicos). Também é possível fomentar a agricultura ecológica com esses fundos adicionais.

A partir de 2023 parte dos pagamentos diretos anuais deverá ser injetada no segundo pilar da PAC (para o apoio adicional ao desenvolvimento rural), partindo de 10% e aumentando para 15% até 2026. No mínimo, 35% desses recursos para o desenvolvimento rural deverão ser reservados para medidas de proteção ambiental, climática e de bem-estar animal. A reforma da PAC também prevê que os estados-membros da UE destinem pelo menos 25% do orçamento dos pagamentos diretos para soluções ecológicas. Dessa maneira, produtores rurais devem ser recompensados pela implementação de processos ecológicos e favoráveis ao clima, bem como pela melhoria do bem-estar animal. A Alemanha terá um total de 4,9 bilhões de euros por ano à disposição para os pagamentos diretos, oriundos de fundos da UE.¹⁰

⁹ www.praxis-agrar.de/betrieb/recht/gap-reform-ab-2023

¹⁰ www.bundesregierung.de/breg-de/aktuelles/direktzahlungen-umschichtung-1945496

Para a implementação nacional da reforma da PAC, o governo federal alemão apresentou três projetos de lei, em 13 de abril de 2021, sobre pagamentos diretos, sobre a chamada condicionalidade e sobre o processamento de pagamentos por meio do sistema integrado de administração e controle, os quais foram aprovados pelo *Bundesrat* (Conselho Federal da República). Eles também representam os pré-requisitos para a apresentação de um plano estratégico nacional junto à Comissão Europeia.

Pela primeira vez, todos os estados-membros da UE devem elaborar planos estratégicos nacionais para o primeiro e para o segundo pilar da PAC, para o novo período de fomento da PAC. Através desses planos, os estados-membros podem aplicar as medidas financeiras de maneira objetiva e direcionada às respectivas demandas nacionais. O plano estratégico será elaborado pelo Ministério da Agricultura da Alemanha, em sintonia com outros ministérios federais, estados, associações e grupos de interesse. Uma análise SWOT¹¹ ajuda a determinar como as alocações financeiras da União Europeia devem ser utilizadas a partir de 2023 no setor agrícola e nas áreas rurais em geral, para contrabalançar as fraquezas analisadas.¹²

3.2. Missão conjunta “Melhoria da estrutura agrícola e da proteção costeira” do governo federal e dos estados

A missão conjunta “Melhoria da estrutura agrícola e da proteção costeira” (GAK), visa apoiar a agropecuária e a silvicultura, o desenvolvimento de áreas rurais e a melhoria da proteção costeira e contra enchentes. A GAK é um instrumento nacional de fomento do governo federal e dos estados (alemães), e é o principal instrumento nacional para a execução das metas políticas para a estrutura agrícola definidas pela UE. A GAK tem vários objetivos. Deve fortalecer o desempenho da agricultura e da silvicultura, preparando-as para os desafios futuros. Por um lado, precisa contribuir para a competitividade da agropecuária e da silvicultura e, por outro, garantir que as áreas rurais, incluindo práticas da agricultura e da silvicultura que respeitam o meio ambiente e conservam os recursos, continuem eficientes de maneira sustentável. A melhoria da proteção costeira e contra enchentes também faz parte dos objetivos da GAK.

A maior parte da política para a estrutura agrícola é de competência dos estados, que também assumem seu financiamento. As diferenças na solidez financeira dos estados alemães e as

¹¹ Em português FOFA: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças.

¹² www.bundesregierung.de/breg-de/suche/reform-der-gemeinsamen-agrarpolitik-1888786

diferentes visões da política agrícola resultariam em grandes desigualdades no fomento da estrutura agrícola na Alemanha. Com isso, a meta constitucional, de estabelecer condições de vida iguais na Alemanha, seria dificilmente alcançada. Em razão disso, o governo federal também participa do fomento da estrutura agrícola. Para a realização da missão conjunta foi promulgada uma lei específica, que regulamenta as medidas de apoio que a integram. Para a implementação da GAK está sendo elaborado um plano estrutural conjunto, que apresenta as medidas a serem tomadas, seus objetivos, o tipo de fomento e os recursos previstos. O fomento será concedido na forma de subsídios, empréstimos, bonificações de juros e garantias (Art. 3 da Lei da GAK). A execução fica a cargo dos estados.

Em relação ao fomento do setor rural, podemos citar especialmente as medidas de apoio para as empresas individuais. Por exemplo, medidas para a melhoria das condições de produção e de trabalho, para a racionalização ou redução dos custos de produção e o aumento do valor agregado são promovidas no âmbito de um programa de fomento ao setor agrário (AFP). Medidas de melhoria do desempenho ambiental e em relação ao clima, bem como para prevenção de danos por eventos climáticos extremos também estão contempladas. São promovidos especialmente investimentos em bens duráveis que cumpram requisitos específicos relativos à proteção do consumidor, do meio ambiente, do clima e dos animais. Da mesma forma, são fomentados ainda investimentos que contribuam para a diversificação e o uso de serviços de consultoria. Além do fomento para as empresas individualmente, medidas para a melhoria das estruturas de processamento e comercialização de produtos do setor rural também recebem apoio.¹³

3.3. Financiamento pelo Landwirtschaftliche Rentenbank

Como uma instituição federal de direito público, o Landwirtschaftliche Rentenbank tem, por lei, a missão de oferecer crédito para a produção rural (agricultura, silvicultura, horticultura e pesca), incluindo os segmentos a montante e a jusante, e as áreas rurais em geral. Dessa forma, ele acompanha toda a cadeia de valor da produção de alimentos, com propostas de financiamento. Especialmente para investimentos rurais, incluindo energias renováveis, o Rentenbank oferece empréstimos a juros baixos. O banco de fomento para o setor agropecuário e as áreas rurais se refinancia através dos mercados

¹³ www.bmel.de/DE/themen/laendliche-regionen/foerderung-des-laendlichen-raumes/gemeinschaftsaufgabe-agrarstruktur-kuestenschutz/gak.html#:~:text=Die%20Gemeinschaftsaufgabe%20%22Verbesserung%20der%20Agrarstruktur%20und%20des%20K%C3%BCstenschutzes%22,K%C3%BCsten-%20und%20Hochwasserschutzes.%20Bundesministerium%20f%C3%BCr%20Ern%C3%A4hrung%20und%20Landwirtschaft

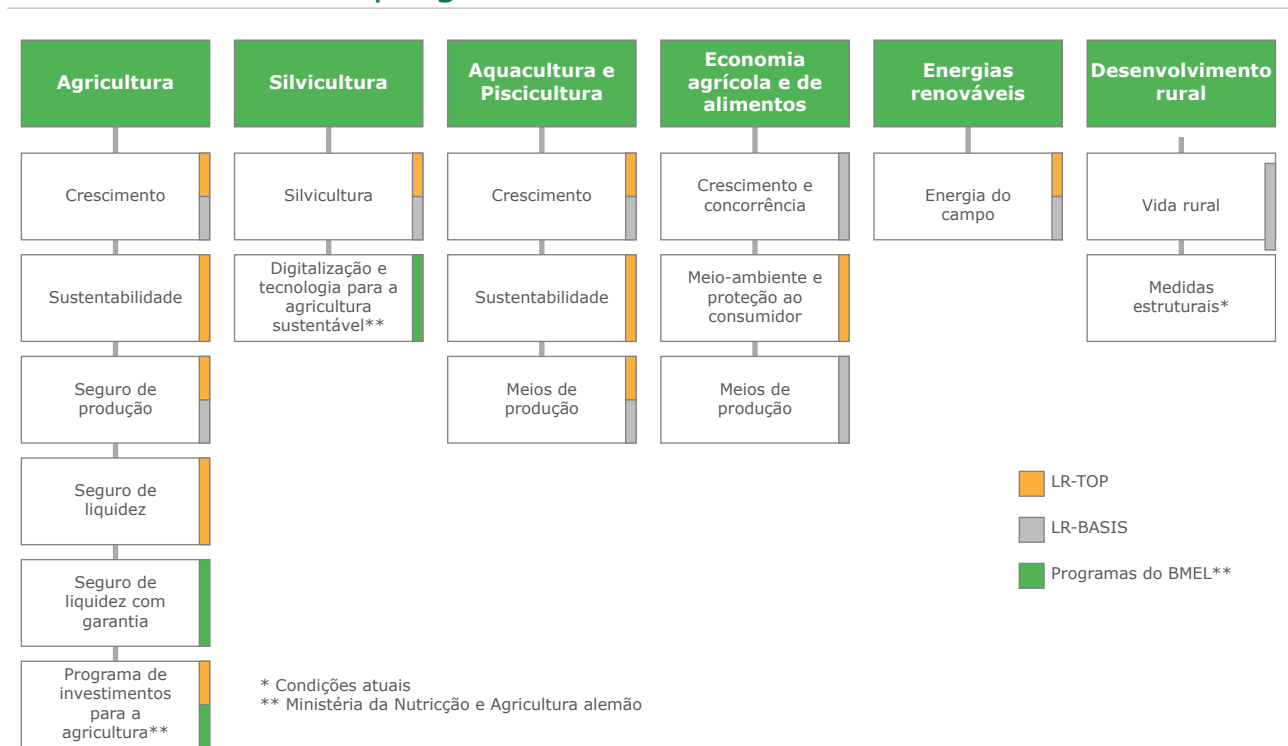
de capital nacional e internacional e interbancário. É um dos poucos bancos a receber as mais altas classificações de qualidade de crédito pelas agências de classificação de risco.

O Rentenbank aloca programas de crédito em condições especialmente favoráveis através de bancos locais e os refinancia. Além disso, disponibiliza subsídios para inovações e projetos de pesquisa focados na prática.

Os programas de crédito do Landwirtschaftliche Rentenbank cobrem seis linhas de fomento: agricultura, silvicultura, aquicultura, pesca, economia rural e de alimentos, energias renováveis e desenvolvimento rural.

Figura 8 – Resumo das linhas e dos programas de fomento do Rentenbank.

Linhas e programas de fomento da Rentenbank



Fonte: Rentenbank

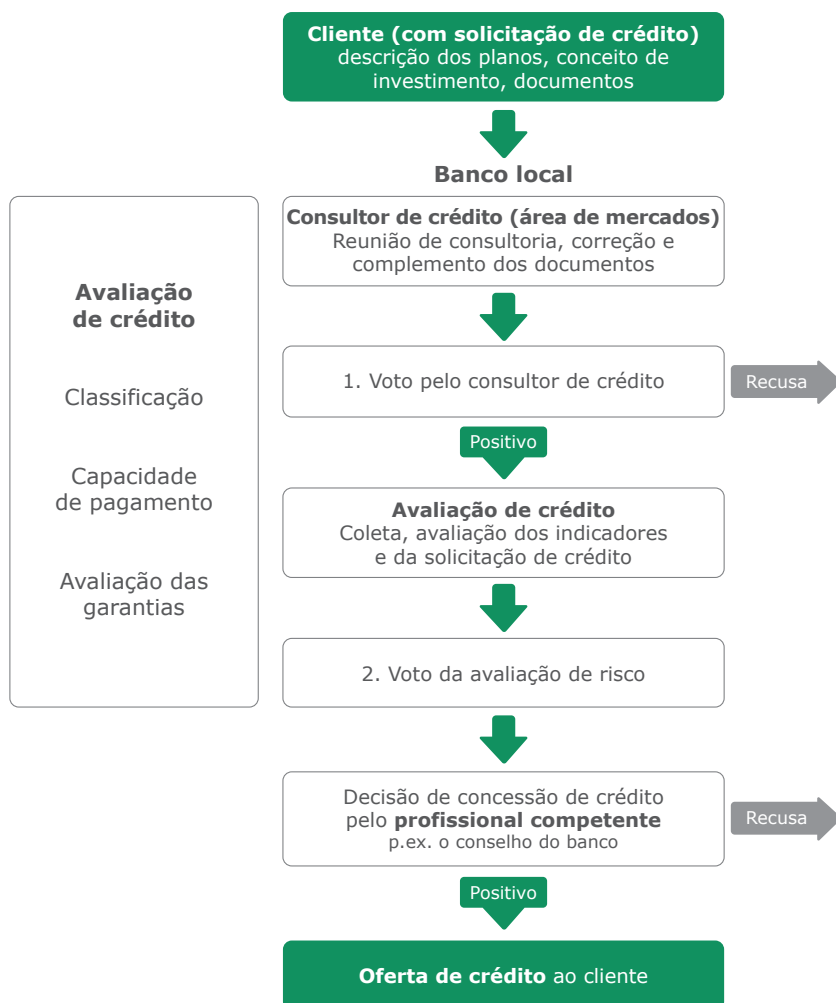
Alguns dos créditos do programa são concedidos em condições excepcionais. Com isso, busca-se apoiar jovens agricultores ou requerentes que invistam em projetos especialmente sustentáveis. Dentro do programa do BMEL, os créditos podem ser combinados com recursos orçamentários federais por meio de subsídios ou garantias.

4. Crédito rural na prática

4.1. Processo de concessão de crédito

O processo de concessão de crédito abrange várias etapas, e a competência decisória é distribuída entre vários responsáveis (veja um resumo na figura 9). A base do processo é o “princípio dos quatro olhos”. Se o produtor rural quer financiar um investimento com recursos externos, ele precisa procurar primeiro o seu gerente de conta no seu banco local, que vai lhe prestar assistência em todas as etapas do financiamento. Na primeira etapa é realizada uma verificação de crédito pelo gerente de conta. Essa verificação consiste na classificação e na determinação do índice de cobertura do serviço da dívida, bem como na avaliação das garantias. Com base nesses três aspectos, o gerente de conta consegue avaliar a concessão do crédito.

Figura 9 – Processo de concessão de crédito.



Fonte: Deutsche Rentenbank

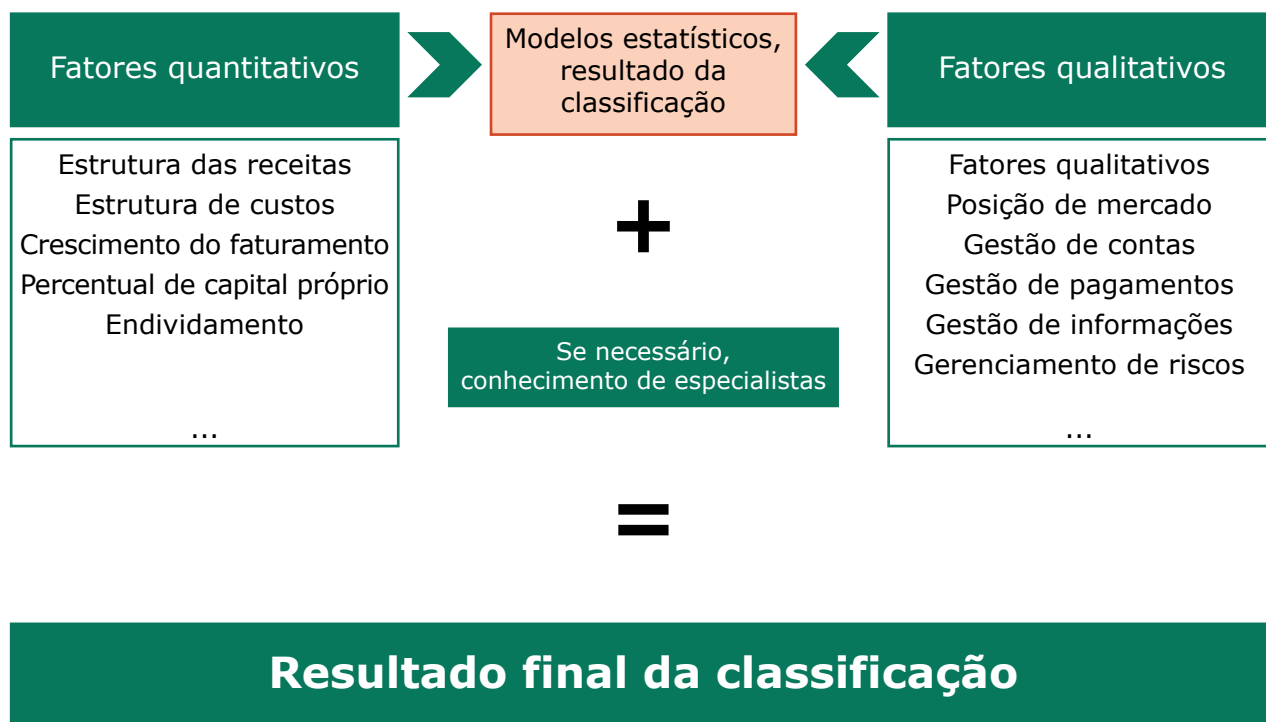
O próximo passo do processo de concessão de crédito é uma avaliação do setor de backoffice do banco local, que deve aprovar a concessão de crédito. Os analistas examinam e avaliam a solicitação de crédito e a documentação apresentada pelo cliente. Em seguida, fazem uma segunda avaliação. No caso de créditos de valores altos, outros tomadores de decisão internos do banco, incluindo até mesmo a diretoria, podem ser envolvidos.

A avaliação de crédito constitui a base para a decisão. Tanto os tomadores de decisão da área comercial quanto os do backoffice tomam suas decisões com base nos índices da avaliação de crédito. Isso inclui a classificação, a análise do índice de cobertura do serviço da dívida e a avaliação das garantias.

4.2. Classificação

Além do plano de negócios para os investimentos, a solvência do cliente é o ponto-chave para a concessão do crédito, a qual é determinada pelo banco local utilizando um procedimento matemático. A nota de classificação reflete se há risco de que o cliente não consiga pagar o empréstimo conforme acordado. Para essa avaliação, os bancos consultam diversos fatores quantitativos e qualitativos (ver figura 9). Entre os fatores quantitativos, temos principalmente os dados obtidos a partir das demonstrações financeiras anuais ou de avaliações de gestão empresarial, que incluem indicadores, como rentabilidade e a participação de capital próprio. Os fatores qualitativos, por sua vez, referem-se à avaliação do empresário, ou seja, suas qualidades de gestão, organização e planejamento estratégico do negócio. A importância destes fatores qualitativos para o resultado da classificação não deve ser subestimada, pois gira em torno de 30%.

Figura 10 – Composição do resultado da classificação.



Fonte: Rentenbank

4.3. Garantias

Na avaliação de crédito, também são avaliadas as garantias. O banco determina o valor das garantias apresentadas para o empréstimo, ou seja, qual seria o valor possivelmente obtido em caso de venda do item dado em garantia. No entanto, as garantias do empréstimo só são efetivamente acionadas quando o tomador não puder bancar o serviço da dívida do empréstimo contraído. Mas isso não acontece imediatamente. Antes, outras medidas são discutidas com o tomador. Os bancos têm abordagens diferentes para avaliar as garantias e planejar descontos. Portanto, é difícil fazer afirmações generalizadas sobre os níveis de avaliação. O que também significa que a avaliação pode divergir de banco a banco.

4.4. Índice de cobertura do serviço da dívida

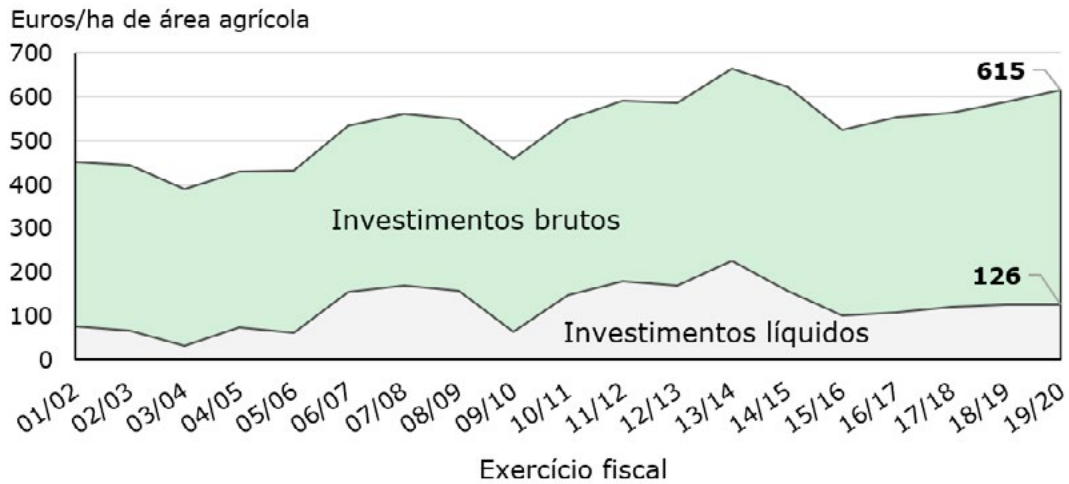
Além da classificação e das garantias para o banco, o índice de cobertura do serviço da dívida da empresa também é um critério decisivo. Aqui se trata da questão se o tomador tem condições de pagar os juros e quitar o empréstimo. Para poder avaliar isso, o banco analisa não apenas o projeto em si, mas também considera as demais obrigações financeiras.

O limite de serviço da dívida calculado dessa forma indica qual é o valor disponível para a empresa para o pagamento de juros e a quitação do empréstimo.

Ao planejar o investimento, é vantajoso calcular diversos cenários com o plano de negócios. Só assim é possível identificar se o projeto ainda será rentável, mesmo se os preços ao produtor entrarem em queda ou custos operacionais em ascensão.

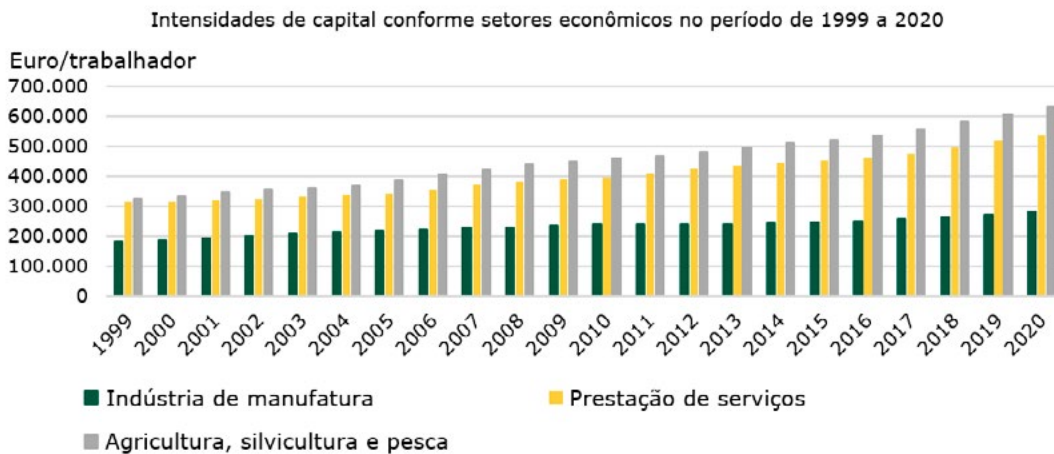
Anexo

Figura 11 – Investimentos das principais empresas rurais ao longo do tempo, em euros e por hectare de área utilizada para a agricultura.



Fonte: BMEL

Figura 12 – Intensidades de capital conforme setores econômicos no período de 1999 a 2020.



Fonte: Deutsche Rentenbank

Expediente

Autor

Klaus Hollenberg

**Projeto gráfico, capa,
paginação e gráficos**
Contexto Gráfico e Jamil Ghani

Foto da capa
Miha Creative e Bits and Splits
@AdobeStock

Publicação

Diálogo Agropolítico
Brasil - Alemanha | APD

Coordenação editorial
Gleice Mere, Ingo Melchers e
Carlos Alberto dos Santos

Montagem fotográfica
Jamil Ghani

